



Governo de  
**Rio do Sul**

**EDITAL**  
**RETIFICADO EM 17/07/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir das 08h00min do dia 10/07/2025.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às ~~08h00min do dia 24/07/2025.~~

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às 13h30min do dia 01/08/2025.

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às ~~08h01min do dia 24/07/2025.~~

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 13h31min do dia 01/08/2025.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**LOCAL:** Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico:  
<https://comprasbr.com.br/>

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.047.974,26

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Licitações

**ÁREA REQUISITANTE:** Secretaria de Saúde

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 87.02.2056.3390.3917, 87.02.2058.3390.3917, 87.02.2059.3390.3917 e demais dotações conforme orçamento vigente.





Governo de  
**Rio do Sul**

## 1 PREÂMBULO

**1.1 A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. MANOEL ARISOLI PEREIRA, acha-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS, tipo de licitação a de “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 11.582/2023, Decreto Municipal nº 11.644/2023 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

**1.2 AS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTES EDITAL, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS.**

**1.3 A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) será de responsabilidade exclusiva dos licitantes interessados.**

**1.4 Referência de Tempo:** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília/DF**.

## 2 DO OBJETO

**2.1** Este edital refere-se à eventual prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC, de acordo com exigências deste edital e nas quantidades e especificações abaixo:

LOTE 1 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR					
Item	Qtd	Unidade	Produto/Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
1	400	Unidade	Aparelho de pressão digital / Aparelho de pressão analógico (Efigmomanômetro)	R\$ 65,74	R\$ 26.296,00
2	40	Unidade	Autoclave	R\$ 313,60	R\$ 12.544,00
3	80	Unidade	Balança Infantil	R\$ 232,91	R\$ 18.632,80
4	80	Unidade	Balança Adulto	R\$ 260,05	R\$ 20.804,00
5	60	Unidade	Cadeiras de Rodas	R\$ 298,89	R\$ 17.933,40
6	80	Unidade	Detector Fetal	R\$ 126,00	R\$ 10.080,00
7	30	Unidade	Eletrocautério/Bisturi	R\$ 201,90	R\$ 6.057,00
8	60	Unidade	FOCO CLÍNICO	R\$ 175,80	R\$ 10.548,00
9	30	Unidade	Laringoscópio completo	R\$ 108,00	R\$ 3.240,00
10	30	Unidade	Mini Incubadora	R\$ 175,00	R\$ 5.250,00
11	50	Unidade	Nebulizador	R\$ 95,73	R\$ 4.786,50
12	50	Unidade	Negatoscópio	R\$ 132,80	R\$ 6.640,00
13	80	Unidade	Otoscópio	R\$ 119,83	R\$ 9.586,40
14	150	Unidade	Oxímetro	R\$ 102,80	R\$ 15.420,00
15	50	Unidade	Seladora	R\$ 189,75	R\$ 9.487,50
16	100	Unidade	Termômetro Infravermelho	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00





Governo de  
**Rio do Sul**

17	100	Unidade	Suporte de soro	R\$ 115,00	R\$ 11.500,00
18	2	Unidade	Phmetro	R\$ 257,50	R\$ 515,00
19	2	Unidade	Clorímetro	R\$ 366,67	R\$ 733,34
20	6	Unidade	Bomba de infusão	R\$ 294,52	R\$ 1.767,12
21	24	Unidade	Bomba vácuo aspiradora cirurgia portátil	R\$ 226,67	R\$ 5.440,08
22	3	Unidade	Cama hospitalar motorizada (precisa de conserto no motor eventualmente)	R\$ 1.356,67	R\$ 4.070,01
23	3	Unidade	Foco cirúrgico de teto	R\$ 355,95	R\$ 1.067,85
24	6	Unidade	Termômetro com infravermelho (de testa)	R\$ 119,00	R\$ 714,00
25	730	Unidade	Chamado Técnico	R\$ 196,67	R\$ 143.569,10
26	1	Unidade	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Medico hospitalar	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
				Total do Lote 1:	R\$ 855.182,10
				Total do Lote 1:	R\$ 355.182,10

LOTE 2 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS					
Item	Qtd	Unidade	Produto/Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
27	72	Unidade	Autoclave	R\$ 313,60	R\$ 22.579,20
28	192	Unidade	Amalgamador	R\$ 139,00	R\$ 26.688,00
29	72	Unidade	Bomba a vácuo	R\$ 243,00	R\$ 17.496,00
30	720	Unidade	Cadeira /Equipo odontológico completo	R\$ 299,75	R\$ 215.820,00
31	1.680	Unidade	Caneta de alta rotação	R\$ 120,00	R\$ 201.600,00
32	576	Unidade	Compressor odontológico	R\$ 227,80	R\$ 131.212,80
33	840	Unidade	Contra-ângulo odontológico	R\$ 124,82	R\$ 104.848,80
34	840	Unidade	Micromotor odontológico	R\$ 145,00	R\$ 121.800,00
35	600	Unidade	Mini Incubadora	R\$ 175,00	R\$ 105.000,00
36	144	Unidade	Peça reta odontológico	R\$ 156,67	R\$ 22.560,48
37	24	Unidade	Equipo/consultório odontológico portátil	R\$ 186,67	R\$ 4.480,08
38	1.440	Unidade	Mocho odontológico	R\$ 160,00	R\$ 230.400,00
39	720	Unidade	Fotopolimerizador	R\$ 176,83	R\$ 127.317,60
40	480	Unidade	Aparelho de ultrassom com jato de bicarbonato	R\$ 259,33	R\$ 124.478,40
41	24	Unidade	Localizador apical	R\$ 210,00	R\$ 5.040,00
42	96	Unidade	Aparelho de raio x odontológico	R\$ 500,00	R\$ 48.000,00
43	24	Unidade	Destilador	R\$ 268,00	R\$ 6.432,00
44	24	Unidade	Aparelho de raio x panorâmico	R\$ 775,00	R\$ 18.600,00
45	24	Unidade	Processadora de raio x odontológico	R\$ 300,00	R\$ 7.200,00
46	504	Unidade	Seladora	R\$ 189,75	R\$ 95.634,00
47	720	Unidade	Instalação/Desinstalação de Cadeira Equipo/Odontológico	R\$ 991,67	R\$ 714.002,40
48	720	Unidade	Chamado Técnico	R\$ 196,67	R\$ 141.602,40
49	1	Unidade	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Odontologia	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00
				Total do Lote 2:	R\$ 3.192.792,16
				Total do Lote 2:	R\$ 2.492.792,16

**2.2 O valor estimado para o fornecimento de itens e peças (itens 26 e 49), é fixo, portanto, não somará ao valor do LOTE para disputa, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar. Tais valores somente balizarão os limites de gastos anuais da Administração com os respectivos itens.**

**2.3 Fica estabelecida a execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR LOTE;**

**2.4 Constituem anexos deste edital:**

**Anexo I – Termo de Referência**

**Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**





Governo de  
**Rio do Sul**

## Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços

### 3 DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

#### 3.1 DAS CONDIÇÕES:

**3.1.1** Esta licitação está aberta a **todas as pessoas jurídicas** que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

#### 3.2 DAS RESTRIÇÕES:

##### 3.2.1 ***NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO***

**3.2.1.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), ou ainda legislação específica ao objeto ora contratado;

**3.2.1.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.2.1.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.2.1.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.2.1.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.2.1.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.2.1.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**3.2.1.8** Empresa sob falência, que se encontra sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação, ou em recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiros estabelecidos neste edital;

**3.2.1.9** Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Rio do Sul;

**3.2.1.10** Agente público do Município de Rio do Sul.

**3.2.2** O impedimento de que trata o subitem 3.2.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.2.3** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.2.4** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.2.5** O disposto nos subitens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.2.6** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.7** A vedação de que trata o item 3.2.1.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4 DO CREDENCIAMENTO**





Governo de  
**Rio do Sul**

**4.1** O credenciamento dos licitantes interessados ocorrerá pela atribuição de chaves de identificação e de senha pessoal e intransferível diretamente no portal do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade, através do sítio eletrônico <https://comprasbr.com.br/>;

**4.2** A responsabilidade pelo credenciamento junto ao portal do Sistema de Compras utilizado pelo Município, será exclusiva do licitante interessado.

## **5 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**5.1** Os licitantes interessados encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, proposta com o preço, bem como, quando for o caso, a marca e o modelo do produto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

**5.2** A etapa de que trata o subitem anterior será encerrada com a abertura da sessão pública;

**5.3** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.4** O número de casas decimais após a vírgula, serão definidos previamente no cadastramento da licitação no portal do Sistema Eletrônico de Compras;

**5.5** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.5.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.5.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.5.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.5.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.6** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.







Governo de  
**Rio do Sul**

**5.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

**5.7.1** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.7.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.8** A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

**5.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.11.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.11.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.12** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

**5.13** O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Município de Rio do Sul, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**5.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5.16** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** Poderá ser desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

**6.4** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.6** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.7** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.8** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.9** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.10** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

**6.11** O licitante poderá oferecer lances sucessivos superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital.

**6.12** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

**6.12.1** O intervalo mínimo de que trata o subitem anterior incidirá apenas em relação ao último lance ofertado pelo próprio licitante.

**6.13** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.14** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance válido e registrado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.15** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances registrados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.16** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.17** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.18** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, na plataforma eletrônica de sistema de compras adotada.

**6.20** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, sendo a primeira colocada empresa de maior porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**6.21.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.21.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.21.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.21.4** No caso de propostas empatadas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas, de forma automática pelo sistema de compras, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.22** **Quando o valor total do item/lote indicado no subitem 2.1 for superior ao valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), NÃO se aplicarão os benefícios inscritos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme § 1º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

**6.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**6.23.1** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.23.1.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.23.1.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.23.1.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, observado o disposto no art. 66 do Decreto Municipal n. 11.582/2023;

**6.23.1.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**6.23.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.23.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.23.2.2** empresas brasileiras;

**6.23.2.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.23.2.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.23.3** Esgotados os critérios elencados nos itens 6.22.1 e 6.22.2, ou não sendo possíveis de verificação, ou ainda, não sendo possível a sua aplicação pelo sistema de compras utilizado, permanecendo o empate, será realizado sorteio de forma automática pelo sistema de compras.

**6.24** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas, podendo oferecer contraproposta.

**6.24.1** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**6.24.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.24.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado em ata.

**6.25** Encerrada a etapa de negociação, caso necessário, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

**6.25.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

**6.25.1.1** a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.25.1.2** de ofício, pelo Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos complementares a proposta, exigidos no edital.





Governo de  
**Rio do Sul**

**6.26** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem **3.2** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

**7.2** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

**7.3** Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e aos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

**7.4** Poderá ser desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.4.1** conter vícios insanáveis;
  - 7.4.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.4.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.4.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.4.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.5** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.5.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**7.5.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.5.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.6** No caso de serviços de engenharia, é indício de inexecuibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.6.1** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.6.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.6.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.6.2** Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.7** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.8** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.8.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.9** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.





Governo de  
**Rio do Sul**

**7.9.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.9.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.10** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

**7.11** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.12** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à habilitação fiscal, social e trabalhista; e
- IV - à habilitação econômico-financeira;

### **8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Deverá apresentar o ato constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, no qual estejam expressos os poderes dos representantes legais da empresa ou;

a.1) Deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) - quando tratar-se de MEI (Micro Empreendedor Individual).

a.2) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

a) Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando o licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

a.1) No atestado deverá constar também o endereço completo, inclusive eletrônico, se houver, do órgão/pessoa emitente, para eventuais esclarecimentos;

a.2) Caso a empresa licitante apresente atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, solicita-se que, **preferencialmente**, sejam apresentadas notas fiscais, contratos e o que mais entender pertinente, a fim de propiciar análise mais acurada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (licitante) no Conselho de Classe competente DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, com indicação do responsável técnico;

b.1) No caso de a empresa licitante não ser registrada em Conselho de Classe de Santa Catarina, deverá ser providenciado o visto deste órgão regional por ocasião da assinatura do Contrato;

c) Certidão de Registro de Pessoa Física do responsável técnico no Conselho de Classe Competente, comprovando o registro ou inscrição do profissional na entidade profissional competente.

### **8.1.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b) Apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda;

c) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Apresentar Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).





Governo de  
**Rio do Sul**

#### **8.1.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

a.2) Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá ser apresentado, junto com a Certidão Positiva, o plano de recuperação judicial, devidamente aprovado e homologado pelo juízo competente, em plena vigência (ou outro documento/certidão, emitido pela instância judicial competente, certificando assim a aptidão econômica e financeira para participar do certame.

**8.2** Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

**8.3** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

**8.4** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS) HORAS, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no subitem 6.24.1.

**8.5** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.6** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.7** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.7.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, o seu reinício somente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

**8.8** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**:

- a) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**8.9** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.4.

**8.10** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.11 DOCUMENTOS MATRIZ/FILIAL**

**8.11.1** Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com o nº do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

- a) Se, o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o nº do CNPJ da matriz, ou;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta da Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto a Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório para a centralização, ou;
- c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o nº do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidas somente em nome da matriz.

**8.12 CONSÓRCIO**

**8.12.1** As empresas consorciadas deverão apresentar:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**8.12.1.1** Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito por todas elas, no qual deverá constar:

- a) indicação da empresa líder, que será responsável principal perante o MUNICÍPIO, que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto, até o término do contrato com a contratante. Em se tratando de consórcio com empresa estrangeira a liderança deverá caber à empresa brasileira;
- b) compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob consórcio, em relação à licitação, e posteriormente, ao eventual contrato, até seu recebimento definitivo;
- c) compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da contratante, até o recebimento definitivo do objeto do contrato;
- d) compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros.
- e) compromisso e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto desta licitação.
- f) duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo do contrato, se este vier a ser firmado.
- g) declaração expressa dos consorciados de que, por ocasião da eventual assinatura do contrato, providenciarão o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, a respectiva publicação da certidão de arquivamento e atenderão ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, bem como o registro no CNPJ;

## **8.12.2 DA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS**

**8.12.2.1** Cada membro do consórcio deverá satisfazer individualmente as condições de habilitação jurídica, habilitação fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira (itens 8.1.1, 8.1.3 e 8.1.4).

**8.12.2.2** Na Qualificação Técnica (item 8.1.2) será permitido o somatório de atestados das empresas consorciadas.

## **9 DOS RECURSOS**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**9.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido em sessão, de forma imediata após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**9.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**9.3** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.4** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.5** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.6** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.7** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.8** O recurso, que será único, poderá tratar de todos os atos já praticados, inclusive aprovação ou reprovação de amostras ou prova de conceito.

## **10 DA HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

**10.2** A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

## **11 DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

**11.1** Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar digitalmente o termo de contrato ou a ata de registro de preços, no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da data em que for convocado para tal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

**11.2** A convocação será feita através de correspondência eletrônica (e-mail) ou, ainda, comunicação postal (AR), nos casos em que o licitante vencedor não possuir assinatura digital certificada;

**11.3** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**11.4** Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**11.5** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 11.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**11.6** As convocações de que tratam os subitens 11.4 e 11.5 serão realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail).

**11.7** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

**11.8** A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.4.

**11.9** No caso de rescisão do contrato ou da ata de registro de preços, a convocação dos próximos licitantes seguirá as regras dos subitens 11.4 e 11.5.

## **12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

**12.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

**12.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

**12.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

**12.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, quando solicitada;

**12.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4** deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5** apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**12.1.5** fraudar a licitação;

**12.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**12.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**12.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1** advertência;

**12.2.2** multa;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**12.2.3** impedimento de licitar e contratar e

**12.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

**12.4.1** Para as infrações previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**12.4.2** Para as infrações previstas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**12.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rio do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de





Governo de  
**Rio do Sul**

impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

**12.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13** O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

**13.2** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Em campo próprio do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade;





Governo de  
**Rio do Sul**

b) Através dos endereços eletrônicos, [ina.zanella@riodosul.sc.gov.br](mailto:ina.zanella@riodosul.sc.gov.br) ou [odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br](mailto:odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br).

**13.3** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do estudo técnico preliminar e/ou do termo de referência.

**13.4** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site oficial do Município de Rio do Sul/SC e divulgadas também na plataforma eletrônica de sistema de compras.

**13.5** As impugnações e pedidos de esclarecimento não possuem efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

**13.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** A ata da sessão pública será divulgada e ficará disponível no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.4** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.5** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**14.6** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.7** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.8** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net>.

**14.9** Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

~~Rio do Sul, 08 de julho de 2025.~~

Rio do Sul, 17 de julho de 2025.

**MANOEL ARISOLI PEREIRA**  
Prefeito Municipal

**CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**  
Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**TERMO DE REFERÊNCIA BÁSICO**

**1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, a fim de atender as necessidades da secretaria de saúde.

1.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 18, § 2º do Decreto Municipal nº 11.582, de 20/02/2023.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Fica estabelecida a **execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**.

1.4 O objeto a ser adquirido tem suas especificações, quantidades e valores conforme estimado:

LOTE 01 – MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR					
ITEM	QTD	UN	DESCRIPTIVO	VALOR MÁX UNITÁRIO	VALOR MÁX TOTAL
1	400	UND	Aparelho de Pressão Digital / Aparelho de Pressão Analógico (Esfigmomanômetro)	R\$65,74	R\$26.296,00
2	40	UND	Autoclave	R\$313,60	R\$12.544,00
3	80	UND	Balança Infantil	R\$232,91	R\$18.632,80
4	80	UND	Balança Adulto	R\$260,05	R\$20.804,00
5	60	UND	Cadeiras de Rodas	R\$298,89	R\$17.933,40
6	80	UND	Detector Fetal	R\$126,00	R\$10.080,00
7	30	UND	Eletrocautério/Bisturi	R\$201,90	R\$6.057,00
8	60	UND	Foco Clínico	R\$175,80	R\$10.548,00
9	30	UND	Laringoscópio completo	R\$108,00	R\$3.240,00
10	30	UND	Mini Incubadora	R\$175,00	R\$5.250,00
11	50	UND	Nebulizador	R\$95,73	R\$4.786,50
12	50	UND	Negatoscópio	R\$132,80	R\$6.640,00







Governo de  
**Rio do Sul**

13	80	UND	Otoscópio	R\$119,83	R\$9.586,40
14	150	UND	Oxímetro	R\$102,80	R\$15.420,00
15	50	UND	Seladora	R\$189,75	R\$9.487,50
16	100	UND	Termômetro Infravermelho	R\$85,00	R\$8.500,00
17	100	UND	Suporte de soro	R\$115,00	R\$11.500,00
18	2	UND	Phmetro	R\$257,50	R\$515,00
19	2	UND	Clorímetro	R\$366,67	R\$733,34
20	6	UND	Bomba de infusão	R\$294,52	R\$1.767,12
21	24	UND	Bomba vácuo aspiradora cirurgia portátil	R\$226,67	R\$ 5.440,08
22	3	UND	Cama hospitalar motorizada (precisa de conserto no motor eventualmente)	R\$1.356,67	R\$4.070,01
23	3	UND	Foco cirúrgico de teto	R\$355,95	R\$1.067,85
24	6	UND	Termômetro com infravermelho (de testa)	R\$119,00	R\$714,00
25	730	UND	Chamado Técnico	R\$196,67	R\$143.569,10
26	1	UND	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Medico hospitalar	R\$500.000,00	R\$500.000,00

**LOTE 02 – MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS**

ITEM	QTD	UN	DESCRIPTIVO	VALOR MÁX UNITÁRIO	VALOR MÁX TOTAL
27	72	UND	Autoclave	R\$313,60	R\$22.579,20
28	192	UND	Amalgamador	R\$139,00	R\$26.688,00
29	72	UND	Bomba a vácuo	R\$243,00	R\$17.496,00
30	720	UND	Cadeira /Equipo odontológico completo	R\$299,75	R\$215.820,00
31	1680	UND	Caneta de alta rotação	R\$120,00	R\$201.600,00
32	576	UND	Compressor odontológico	R\$227,80	R\$131.212,80
33	840	UND	Contra-ângulo odontológico	R\$124,82	R\$104.848,80
34	840	UND	Micromotor odontológico	R\$145,00	R\$121.800,00
35	600	UND	Mini Incubadora	R\$175,00	R\$105.000,00
36	144	UND	Peça reta odontológico	R\$156,67	R\$22.560,48
37	24	UND	Equipo/consultório odontológico portátil	R\$186,67	R\$4.480,08
38	1440	UND	Mocho odontológico	R\$160,00	R\$230.400,00
39	720	UND	Fotopolimerizador	R\$176,83	R\$127.317,60
40	480	UND	Aparelho de ultrassom com jato de bicarbonato	R\$259,33	R\$124.478,40
41	24	UND	Localizador apical	R\$210,00	R\$5.040,00





Governo de  
**Rio do Sul**

42	96	UND	Aparelho de raio x odontológico	R\$500,00	R\$48.000,00
43	24	UND	Destilador	R\$268,00	R\$6.432,00
44	24	UND	Aparelho de raio x panorâmico	R\$775,00	R\$18.600,00
45	24	UND	Processadora de raio x odontológico	R\$300,00	R\$7.200,00
46	504	UND	Seladora	R\$189,75	R\$95.634,00
47	720	UND	Instalação/Desinstalação de Cadeira Equipo/Odontológico	R\$991,67	R\$714.002,40
48	720	UND	Chamado Técnico	R\$196,67	R\$141.602,40
49	1	UND	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Odontologia	R\$700.000,00	R\$700.000,00

1.5 O custo estimado total é de R\$ 4.047.974,26 (quatro milhões e quarenta e sete mil e novecentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.6 As memórias de cálculo, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos encontram-se em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

1.7 O prazo de vigência do Registro de Preço é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ata de registro de preço, PODENDO ser prorrogada nos moldes do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

2.1 A fundamentação da contratação e a descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/PAGAMENTO**

3.1 A municipalidade, ao constatar defeito nos equipamentos, emitirá um **chamado técnico formal** (por telefone, WhatsApp ou e-mail) para que o licitante vencedor, apresente as soluções possíveis, incluindo a relação de peças ou adequações físicas na infraestrutura a serem utilizadas. A formalização da contratação do serviço de manutenção ou fornecimento de peças será feita através de **ordem de compra**. É importante ressaltar que “**Chamado Técnico**” ou “**Chamada Técnica**” se refere à solicitação formal de atendimento técnico feita pela contratante à contratada sempre que um equipamento apresentar falha, defeito ou necessidade de manutenção preventiva e corretiva.

3.1.1 Caso seja necessário adequações na infraestrutura física do local de instalação dos equipamentos, sejam elas de natureza elétrica, civil ou hidráulica, necessárias para o correto





Governo de  
**Rio do Sul**

funcionamento dos equipamentos, serão de responsabilidade exclusiva da municipalidade, não cabendo à contratada qualquer ônus ou responsabilidade por estas intervenções.

3.1.2 O chamado técnico será utilizado para que a empresa contratada verifique o(s) equipamento(s) defeituoso(s) e elabore orçamento para o devido conserto;

3.1.3 O chamado técnico compreenderá o deslocamento de equipe técnica da contratada até o local onde está instalado o equipamento defeituoso, e será suficiente para que se verifique mais de um equipamento na mesma visita;

3.1.4 O chamado técnico será válido para uma única visita, ou seja, se o mesmo local, convocar o licitante vencedor em datas diferentes, deverá providenciar novo chamado técnico;

3.1.5 No caso de prestação de garantia de serviço realizado, a contratada NÃO poderá cobrar chamado técnico;

### **3.2 Peças**

3.2.1 As peças ofertadas devem ser originais/genuínas ou, em caso de impossibilidade devidamente justificada do fornecimento destas, poderão ser paralelas, desde que novas e previamente aprovadas pela Administração.

3.3 O prazo para atendimento do subitem 3.1 (chamado técnico) é de 48 horas úteis;

3.4 Após aprovação dos orçamentos, os serviços deverão ser executados mediante apresentação da Ordem de Compra emitida pelo setor responsável, prazo para a resolução do problema é de 05(cinco) dias úteis a partir do recebimento do documento de compra;

3.4.1 Caso haja necessidade de prazo de entrega superior, por falta de peças específicas, por exemplo, a empresa deverá justificar por escrito à Direção do Departamento Solicitante.

3.5 LOCAIS DE ENTREGA: **conforme orientação constante da Ordem de Compra, dentro dos limites do Município;**

3.6 Os produtos e serviços ofertados deverão ter classificação térmica, Qualificação técnica exigida pela Visa e além de serem compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e/ou CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e/ou Qualidade Industrial), quando aplicável;

**3.7 OS LICITANTES DEVERÃO SE ATENTAR NA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, BEM COMO NA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS QUE, OS SERVIÇOS PODERÃO SER EM LOCAIS DISTINTOS – DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO;**





Governo de  
**Rio do Sul**

### 3.8 - Escopo do Serviços:

A empresa contratada deverá executar serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos médico-hospitalares e odontológicos instalados nas seguintes áreas:

- **Setor Odontológico:**
  - **Manutenção Preventiva:** Periodicidade semestral (a cada 6 meses) por equipamento.
  - **Manutenção Corretiva:** Demanda específica, mediante solicitação. Instalação/Desinstalação de Cadeira/Equipo Odontológico: demanda específica, mediante solicitação.
- **Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Vigilância Sanitária:**
  - **Manutenção Preventiva:** Periodicidade anual (a cada 12 meses) por equipamento.
  - **Manutenção Corretiva:** Demanda específica, mediante solicitação.
- **Setor de Enfermagem:**
  - **Manutenção Preventiva:** Periodicidade semestral (a cada 6 meses) por equipamento.
  - **Manutenção Corretiva:** Demanda específica, mediante solicitação.

#### 3.8.1 - Manutenção Preventiva:

A manutenção preventiva deverá incluir, mas não se limitar a:

- Inspeção visual e funcional dos equipamentos.
- Limpeza, lubrificação e ajustes conforme as recomendações do fabricante.
- Verificação e calibração de parâmetros e indicadores, ~~(quando aplicável)~~ **fazendo uso de sensores de temperatura e pressão, quando da manutenção de Autoclave. Os sensores devem permanecer com o prestador da manutenção.**
- Substituição de peças e componentes com vida útil predefinida ou sinais de desgaste, mediante aprovação prévia do responsável por cada setor.
- ~~Elaboração de relatórios técnicos detalhados sobre as intervenções realizadas, incluindo o estado do equipamento, peças substituídas e recomendações.~~ **Relatório de calibração do equipamento de referência no padrão rastreado pelo INMETRO, dentro da validade anual, usado como referência para calibrar os sensores de temperatura e pressão.**
- Etiquetagem dos equipamentos inspecionados com a data da manutenção e a próxima data prevista.





Governo de  
**Rio do Sul**

### 3.8.2 - Manutenção Corretiva:

A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que um equipamento apresentar falha ou mau funcionamento, visando restabelecer suas condições normais de operação. Inclui:

- Diagnóstico do problema.
- Reparo ou substituição de peças e componentes danificados, mediante aprovação prévia do responsável por cada setor (exceto em situações de emergência que comprometam a segurança do paciente, as quais deverão ser comunicadas e justificadas posteriormente).
- Testes de funcionamento após o reparo.
- Elaboração de relatórios técnicos detalhados sobre a intervenção, incluindo a causa da falha, as peças substituídas e as ações corretivas realizadas.
- A empresa contratada deverá disponibilizar equipamento substituto com as mesmas funcionalidades, sempre que possível, para não interromper o atendimento.

3.9 PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.

## 4. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento da entrega ou pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser realizados no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo detalhado;

4.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

4.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato em cumprir todas as disposições constantes do Edital e anexos;

## **5. DA GARANTIA**

5.1 Os serviços prestados terão a garantia mínima de 1(um) ano a contar do recebimento provisório.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **7. MODELO DE GESTÃO**

7.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4 Após a assinatura da ata de registro de preços, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5 A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos.

7.6 O fiscal técnico da ata acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

7.7 O fiscal técnico da ata anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ata emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

7.9 O fiscal técnico da ata informará ao gestor da ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11 O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

7.12 O fiscal administrativo da ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14 O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15 O gestor da ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.16 O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17 O gestor da ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18 O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19 O gestor da ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

~~Rio do Sul, 22 de abril de 2025.~~

Rio do Sul, 16 de julho de 2025.

**CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**  
Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS**

**Apêndice - ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

## **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **ÁREA REQUISITANTE**

Prefeitura Municipal de Rio do Sul / Secretaria de Saúde.

### **INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta alguns estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O presente Estudo Técnico Preliminar visa subsidiar o processo de escolha e de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos.

Para o bom desempenho de grande parte das atividades de atendimento aos usuários da municipalidade, a administração necessita de atividades de apoio, como a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos.

A manutenção e prevenção visam assegurar o funcionamento adequado dos equipamentos, prolongando sua vida útil e prevenindo desgastes e falhas. Dessa forma, busca-se evitar transtornos ao serviço público municipal de saúde decorrentes de equipamentos com funcionalidades comprometidas.

A manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos é fundamental para garantir a segurança dos pacientes, a eficiência dos tratamentos e a

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p0baa669888d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

durabilidade dos dispositivos. Para a quantidade de peças foi considerado um valor estimado para uso durante a vigência do contrato.

## **2 – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades desta Secretaria. Foi observado que, diante da necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, os estabelecimentos de saúde congêneres, em especial as entidades públicas, realizam a contratação de forma similar à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

Dentre as soluções existentes no mercado e internamente, e que se coadunem com as normas legais atinentes às compras públicas, se observa:

- a) Adesão a ata de registro de preços de outro órgão ou ente público;
- b) Aquisição através de Consórcio Multifinalitário do qual o Município seja associado.
- c) Licitação para registrar preço, com critério de julgamento por menor preço, para contratar diretamente empresa capaz de atender as necessidades do Município, solução que é atualmente utilizada.

Na possibilidade de adesão em atas de registro de preços de outros órgãos também foi avaliada. Contudo, não foram identificadas atas vigentes que contemplem de forma integral e específica as necessidades deste órgão em relação à manutenção dos equipamentos médico-hospitalares e odontológicos. As especificidades técnicas dos nossos equipamentos e a abrangência dos serviços requeridos demandam uma contratação sob medida para garantir a eficiência e a segurança dos procedimentos de saúde.

Quanto a modalidade de aquisição através de Consórcio, pesquisou-se na região da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI e no Consórcio Interfederativo

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p0e2a69898d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

Santa Catarina- CINCATARINA.

Na AMAVI e no CINCATARINA não se encontrou ata de registro de preço vigente que possibilitasse a adesão dos itens deste processo. No que concerne à adesão a consórcios públicos dos quais este município é subscritor, verificou-se que, atualmente, não há oferta de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos que atendam às nossas particularidades e prazos. A ausência de uma solução consorciada adequada nos impede de utilizar essa alternativa para a presente contratação.

Assim sendo, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens serem considerados bens comuns, a realização do processo licitatório buscando fornecedores com disponibilidade de entrega dos itens solicitados de acordo com a demanda desta Secretaria, torna-se vantajosa por garantir a pluralidade de fornecedores para que seja assegurado o abastecimento do objeto licitado. Além disso, considerando o desempenho das últimas licitações, a opção de licitar registrando preços diretamente com fornecedores aptos, ao que tudo indica é a melhor solução disponível ao Município.

### **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A descrição da solução como um todo, abrange a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos da Secretaria Municipal de Saúde.

O escopo da contratação foi definido de modo a incluir equipamentos de diversos portes e valores, visando atender às variadas necessidades operacionais das unidades de saúde.

Nesse contexto, o escopo contempla também a manutenção de aparelhos cujo valor de aquisição unitário é comparativamente inferior, a exemplo de glicosímetros, nebulizadores, negatoscópios e otoscópios, entre outros especificados nas tabelas do Item 5. A inclusão destes itens na contratação de serviços de manutenção reflete a intenção de viabilizar a opção pelo reparo como alternativa à aquisição de novos equipamentos, sempre que as condições

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p8a2a698a8d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

técnicas e econômicas do serviço assim justificarem no momento da solicitação.

Os valores estimados para os serviços de manutenção desses equipamentos, apresentados no Item 5, foram obtidos a partir de pesquisa de mercado e histórico de contratações, servindo como referência para a precificação da contratação e indicando a potencial economicidade de optar pela manutenção. Esta abordagem está em consonância com o princípio da economicidade previsto no Artigo 37 da Constituição Federal e com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos públicos, permitindo que a administração tome a decisão mais vantajosa a cada situação, com base nos custos de reparo disponíveis através do contrato de manutenção.

Embora trate-se de serviço de manutenção preventiva e corretiva, não resta dúvida que se trata de serviço comum, com uma ampla gama de fornecedores capazes de satisfazer tais manutenções.

Ademais trata-se de serviço e peças com descrições com padrões de desempenho que podem ser objetivamente descritos neste termo e no Instrumento Convocatório.

Considerando o que será exposto no item 7 deste termo, a contratação deverá ser por LOTE.

Considerando também a quantidade de equipamentos existentes e a pouca manutenção preventiva realizada até ao momento, para fins de não onerar em demasia a empresa contratada com vários chamados simultâneos e também que o Município fique desassistido, parece salutar, a separação em 02 (dois) LOTES.

A separação em dois lotes suso mencionada, não é impeditivo de que a mesma empresa participe e possa ser vencedora de ambos os lotes.

Contudo, se tal situação ocorrer, ela deverá, sob pena de responsabilidade, declarar que consegue atender a municipalidade nos prazos definidos no Termo de Referência e no Instrumento Convocatório.

Ainda, caso uma mesma empresa seja vencedora dos 02 lotes, ela DEVERÁ praticar os mesmos preços unitários, PREVALECENDO aquele de menor valor ofertado na proposta readequada após a etapa de lances.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p0baa6a98a8d56>.







Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

Se empresas diferentes vencerem cada um dos dois lotes, cada empresa deverá praticar os preços unitários que foram ofertados e readequados em sua própria proposta após a etapa de lances para o lote específico que venceram exceto os itens que se repetem nos dois lotes, autoclave, mini incubadora e seladora.

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Considerando que se trata de uma atividade regulamentada, num primeiro momento, o principal requisito é que a empresa a ser contratada tenha a Classificação térmica;

4.1.1. Na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser observadas as Normas Técnicas da ABNT e da Portaria do Ministério da Saúde 3523 de 28 de Agosto de 1998, para:

\*Realização da qualificação de instalação: evidência documentada de que o equipamento foi instalado conforme as recomendações do fabricante.

\*Realização da qualificação de operação: evidência documentada de que o equipamento apresenta todas as suas funções de acordo com o projeto da autoclave, em triplicata (ciclo em vazio).

\*Realização da qualificação de desempenho: evidencia documentada de que o equipamento após as qualificações de instalação e operação, apresenta desempenho constante por no mínimo 03(três) ciclos sucessivos do processo, com parâmetros idênticos, utiliza-se pelo menos a carga de maior desafio, determinada pelo serviço de saúde.

Observância da qualificação dos sensores de temperatura a serem utilizados, sendo a quantidade mínima de 04(quatro) sensores para autoclave com câmara de até 8 litros, 06(seis) sensores para autoclaves com câmara de até 30 litros e 08(oito) sensores para autoclaves com câmara de até 60 litros, no qual um deles obrigatoriamente deverá ser instalado no ponto de coleta da temperatura, além da inserção de um sensor de pressão.

Elaboração de relatório conclusivo, assinado pelo profissional legalmente habilitado, descrevendo: a base normativa utilizada como referência para o procedimento das medições,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/08/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/pbaa69888d56>.





Governo de **Rio do Sul**

## Secretaria de **Saúde**

termos e definições, descrição dos programas que foram qualificados com respectivos tempos e temperaturas que o caracterizam, identificação das cargas representativas para cada programa e quais fatores motivaram a escolha, indicação fotográfica e gráfica do posicionamento dos sensores em vazio, critérios de aceitação na tomada de temperatura e pressão dos ciclos em vazio e ciclos em carga, leituras efetuadas em cada ciclo vazio 15 segundos (dispensada a fase de secagem), indicação fotográfica e gráfica da carga com indicação da caixa ou material no qual foi posicionado o sensor de cada um dos programas, leituras para ciclo de carga a cada 15 segundos (sendo obrigatória concluir a fase de secagem), conclusão em forma de tabela contendo os valores de aceitação, os valores encontrados, o resultado (aprovado ou reprovado), indicando o ponto de pior resultado, registro de todos os valores programados na CPU do equipamento (pressão da câmara interna, tempo e temperatura do ciclo), indicação dos resultados dos indicadores biológicos e químicos utilizados, associando-os a imagem da carga que representam.

Para a execução dos serviços descritos acima e comprovação da qualificação técnica exigida, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

Certidão de registro da empresa no colegiado de classe do responsável técnico;

Comprovante habilitação do responsável pela prestação do serviço no seu conselho e devida classe;

Relatório de calibração do equipamento de referência no padrão rastreado pelo INMETRO, dentro da validade anual, usado como referência para calibrar os sensores de temperatura e pressão;

4.1.2. Chamado técnico deverá ser atendido em 48 horas;

4.1.3. Prova de registro de regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA do local sede da empresa;

4.1.4. Comprovação de registro do Responsável Técnico - RT, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, referente ao Engenheiro Mecânico e Elétrico da empresa;

4.1.5. Garantia de 1 (um) ano das peças e serviços;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p26a2a6988d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

4.1.6. Comprovação de ser Oficina Permissionária no INMETRO para a manutenção de esfigmomanômetros e balanças.

#### **4.2 – Da Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **4.3 – Da Aquisição por Micro e Pequena Empresa - MPE**

Considerando os valores estimados de contratação, NÃO há de se falar em licitação exclusiva de Micro e Pequenas Empresas, porém, sem prejuízo da aplicação dos outros benefícios que a legislação confere às empresas enquadradas como tal.

#### **4.4 – Da Aquisição de empresa sediada localmente**

Dentro os objetivos perseguidos na presente contratação, além de ter a execução propriamente dita, a economicidade também deve ser perseguida, e nesse aspecto, considerando que qualquer empresa legalmente constituída que obedeça às condições habilitatórias e aos prazos de entrega e atendimento pode ofertar o serviço, NÃO se observa necessidade ou justificativa razoável de que o produto seja entregue exclusivamente por empresa sediada em Rio do Sul.

### **5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

O quantitativo estimado a ser contratado advém do histórico de equipamentos que pertencem a esta Secretaria, e segue conforme tabela abaixo:

LOTE 01 – MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR					
ITEM	QTD	UN	DESCRIPTIVO	VALOR MÁX UNITÁRIO	VALOR MÁX TOTAL
1	400	UND	Aparelho de Pressão Digital / Aparelho de Pressão Analógico (Esfigmomanômetro)	R\$ 65,74	R\$ 26.296,00
2	40	UND	Autoclave	R\$ 313,60	R\$ 12.544,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p8e2a569888d56>.





Governo de **Rio do Sul**

## Secretaria de **Saúde**

3	80	UND	Balança Infantil	R\$ 232,91	R\$ 18.632,80
4	80	UND	Balança Adulto	R\$ 260,05	R\$ 20.804,00
5	60	UND	Cadeiras de Rodas	R\$ 298,89	R\$ 17.933,40
6	80	UND	Detector Fetal	R\$ 126,00	R\$ 10.080,00
7	30	UND	Eletrocautério/Bisturi	R\$ 201,90	R\$ 6.057,00
8	60	UND	Foco Clínico	R\$ 175,80	R\$ 10.548,00
9	30	UND	Laringoscópio completo	R\$ 108,00	R\$ 3.240,00
10	30	UND	Mini Incubadora	R\$ 175,00	R\$ 5.250,00
11	50	UND	Nebulizador	R\$ 95,73	R\$ 4.786,50
12	50	UND	Negatoscópio	R\$ 132,80	R\$ 6.640,00
13	80	UND	Otoscópio	R\$ 119,83	R\$ 9.586,40
14	150	UND	Oxímetro	R\$ 102,80	R\$ 15.420,00
15	50	UND	Seladora	R\$ 189,75	R\$ 9.487,50
16	100	UND	Termômetro Infravermelho	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00
17	100	UND	Suporte de soro	R\$ 115,00	R\$ 11.500,00
18	2	UND	Phmetro	R\$ 257,50	R\$ 515,00
19	2	UND	Clorímetro	R\$ 366,67	R\$ 733,34
20	6	UND	Bomba de infusão	R\$ 294,52	R\$ 1.767,12
21	24	UND	Bomba vácuo aspiradora cirurgia portátil	R\$ 226,67	R\$ 5.440,08
22	3	UND	Cama hospitalar motorizada (precisa de conserto no motor eventualmente)	R\$ 1.356,67	R\$ 4.070,01
23	3	UND	Foco cirúrgico de teto	R\$ 355,95	R\$ 1.067,85
24	6	UND	Termômetro com infravermelho (de testa)	R\$ 119,00	R\$ 714,00
25	730	UND	Chamado Técnico	R\$196,67	R\$143.569,10
26	1	UND	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Medico hospitalar	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00

LOTE 02 – MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS





Governo de **Rio do Sul**

## Secretaria de **Saúde**

ITEM	QTD	UND	DESCRIPTIVO	VALOR MÁX UNITÁRIO	VALOR MÁX TOTAL
27	72	UND	Autoclave	R\$ 313,60	R\$ 22.579,20
28	192	UND	Amalgamador	R\$ 139,00	R\$ 26.688,00
29	72	UND	Bomba a vácuo	R\$ 243,00	R\$ 17.496,00
30	720	UND	Cadeira /Equipo odontológico completo	R\$ 299,75	R\$ 215.820,00
31	1680	UND	Caneta de alta rotação	R\$ 120,00	R\$ 201.600,00
32	576	UND	Compressor odontológico	R\$ 227,80	R\$ 131.212,80
33	840	UND	Contra-ângulo odontológico	R\$ 124,82	R\$ 104.848,80
34	840	UND	Micromotor odontológico	R\$ 145,00	R\$ 121.800,00
35	600	UND	Mini Incubadora	R\$ 175,00	R\$ 105.000,00
36	144	UND	Peça reta odontológico	R\$ 156,67	R\$ 22.560,48
37	24	UND	Equipo/consultório odontológico portátil	R\$ 186,67	R\$ 4.480,08
38	1440	UND	Mocho odontológico	R\$ 160,00	R\$ 230.400,00
39	720	UND	Fotopolimerizador	R\$ 176,83	R\$ 127.317,60
40	480	UND	Aparelho de ultrassom com jato de bicarbonato	R\$ 259,33	R\$ 124.478,40
41	24	UND	Localizador apical	R\$ 210,00	R\$ 5.040,00
42	96	UND	Aparelho de raio x odontológico	R\$ 500,00	R\$ 48.000,00
43	24	UND	Destilador	R\$ 268,00	R\$ 6.432,00
44	24	UND	Aparelho de raio x panorâmico	R\$ 775,00	R\$ 18.600,00
45	24	UND	Processadora de raio x odontológico	R\$ 300,00	R\$ 7.200,00
46	504	UND	Seladora	R\$ 189,75	R\$ 95.634,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p06a2a6988d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

47	720	UND	Instalação/Desinstalação de Cadeira Equipo/Odontológico	R\$991,67	R\$714,002,40
48	720	UND	Chamado Técnico	R\$196,67	R\$141.602,40
49	1	UND	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Odontologia	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00

O total estimado da contratação, considerando os 02 lotes, será de R\$ 4.047.974,26 (quatro milhões e quarenta e sete mil e novecentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

O Valor estimado para o fornecimento de itens e peças (Lotes 01 e 02) foi considerado de forma agregada nesta fase inicial do ETP em virtude da ampla gama de componentes utilizados nos equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, priorizando-se, neste momento, a visão geral dos custos de manutenção. Este item engloba todas as peças necessárias para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos listados neste documento.

Para a estimativa do valor total de peças de reposição, foram analisados os relatórios de compras diretas dos últimos três anos. Observou-se uma tendência de aumento nos valores de aquisição de peças a cada ano. Com base nesse histórico e considerando que a presente licitação terá vigência de 1(um) ano e podendo ser prorrogado para mais 1(um) ano, estimou-se o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para as peças de reposição dos equipamentos médico-hospitalares (Lote 01) e R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para as peças dos equipamentos odontológicos (Lote 02), totalizando R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil) para o período de 1(um) ano e podendo ser prorrogado para mais 1(um) ano de contratação. Essa estimativa busca prever as necessidades de peças para suprir a demanda de manutenção ao longo de toda a vigência do contrato.

É importante ressaltar que as compras diretas analisadas referem-se a aquisições pontuais para atender a necessidades específicas e emergenciais. A crescente recorrência dos serviços de manutenção preventiva e corretiva justificam a opção pela realização desta licitação,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p06a46988d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

visando um planejamento mais estruturado e eficiente para o suprimento de peças.

Em uma etapa subsequente, durante o processo de contratação, será solicitado ao fornecedor vencedor o detalhamento das peças que compõem o valor global de sua proposta, possibilitando uma análise mais pormenorizada dos custos unitários e a verificação da compatibilidade com os preços de mercado. A avaliação das propostas levará em consideração não apenas o valor total apresentado, mas também a qualidade das peças ofertadas, a reputação do fornecedor e outros critérios técnicos relevantes para garantir a eficiência e a economicidade da manutenção.

## **6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Os valores prévios da contratação foram obtidos pela média dos valores colhidos em processos licitatórios realizados por outros entes públicos, pesquisa em sites especializados e nas licitações anteriores realizadas pela municipalidade, nos moldes do art. 5º Inciso II da IN SEGES 065/2021, Decreto Municipal nº 11.582 e §1º inciso II do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e seguirá conforme os valores indicados na tabela do item 5.

## **7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

Nos moldes da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) e do item 04 do Prejulgado nº 2401 do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), a adjudicação desta contratação se dará em LOTE.

Tal adjudicação em LOTE se justifica pelo fato de ser de elevado grau de dificuldade a gerência de mais de uma empresa por conserto de um único equipamento médico-hospitalar ou odontológico. Pois imagine-se por um instante que, hipoteticamente, foram 03 (três) vencedores no certame. O licitante 01 foi o adjudicatário da mão de obra (serviço), ele, após o chamado da prefeitura, deverá se deslocar até a municipalidade para verificar qual o defeito e quais peças serão necessárias para conserto. Então, de posse da relação de peças a Administração solicitará ao licitante 02 e 03 que encaminhem as peças relacionadas.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/08/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p8a2a6a98a8d56>.







Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

Não é difícil vislumbrar situações em que apenas uma única peça seja suficiente para conserto e que poderia estar disponível com o licitante 01. Caso a licitação seja adjudicada em itens, o conserto iria retardar em vários dias o que tornaria o processo ineficiente.

Também não é difícil imaginar situações em que não foi possível verificar de pronto todas as peças necessárias ao conserto, o que, novamente seria necessária nova relação e novo chamamento aos demais licitantes para encaminhamento.

Outra situação que é perfeitamente possível na adjudicação em itens, é que a peça a ser solicitada é de baixo valor, o que poderá inviabilizar o custo logístico de despacho e novamente atraso na contratação e ineficiência no contrato e também embate com os contratados.

Por fim, e ao que parece, na presente situação, a de maior relevância é a questão das garantias dos serviços, já que na adjudicação em itens, o licitante 01 tentará se esquivar em fornecer a garantia aduzindo que a peça entregue pelo concorrente é de baixa qualidade. Por sua vez, o licitante remetente da peça alegará a negligência, imperícia ou imprudência do fornecedor da mão de obra na aplicação dos elementos entregues. O que outra vez deixará o Município exposto a risco de ineficiência contratual.

## **8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## **9 – CONTRATAÇÃO vs PLANEJAMENTO – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Embora não tenha sido previsto no Plano de Contratação anual de 2025, pela natureza de ser meio de sustentação às atividades de suporte do Município, a presente contratação será realizada anualmente, e se pode afirmar, ainda que indiretamente, que está prevista na Lei Orçamentária Anual e no rol de aquisições anuais.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/pbaa69888d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

## **10 – RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos médicos hospitalares e odontológicos, busca alcançar os seguintes resultados:

**Garantir o Funcionamento Contínuo e Seguro:** Assegurar que os equipamentos operem sem interrupções e sem oferecer riscos aos usuários.

**Otimizar Recursos:** Controlar os gastos com manutenção, prolongar a vida útil dos equipamentos existentes e evitar a necessidade de investimentos em novos.

**Agilizar a Prestação de Serviços:** Otimizar o tempo necessário para a realização da manutenção.

**Promover a Eficiência Administrativa:** Reduzir a frequência de processos licitatórios anuais, por meio da renovação contratual, desde que comprovada a economicidade.

Em suma, a manutenção adequada visa zelar pelo patrimônio de forma eficiente, manter o funcionamento ininterrupto dos equipamentos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

## **11 – PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Considerando-se a elaboração da solução a ser implementada pelo Município e a necessidade de detalhamento no Termo de Referência, preliminarmente, não se vislumbra nenhuma providência prévia extra à contratação.

## **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Considerando que a logística reversa será por conta da contratada, pode-se dizer que a contratação pretendida é de baixo impacto ambiental.

## **13 – DA FORMA PRESENCIAL DA LICITAÇÃO**

Não se vislumbra nenhuma justificativa plausível para que a disputa não se dê na forma eletrônica.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/07/2025 18:38 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p0e2a69888d56>.





Governo de **Rio do Sul**

**Secretaria de  
Saúde**

## **14 – DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária.

Ante o exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

Rio do Sul, 22 de abril de 2025.

**CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**

Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 18:28 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/pbaa69888d56>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**EDITAL**  
**RETIFICADO EM 17/07/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir das 08h00min do dia 10/07/2025.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às ~~08h00min do dia 24/07/2025.~~

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às 13h30min do dia 01/08/2025.

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às ~~08h01min do dia 24/07/2025.~~

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 13h31min do dia 01/08/2025.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**LOCAL:** Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico:  
<https://comprasbr.com.br/>

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.047.974,26

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Licitações

**ÁREA REQUISITANTE:** Secretaria de Saúde

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 87.02.2056.3390.3917, 87.02.2058.3390.3917, 87.02.2059.3390.3917 e demais dotações conforme orçamento vigente.





Governo de  
**Rio do Sul**

## 1 PREÂMBULO

**1.1 A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. MANOEL ARISOLI PEREIRA, acha-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS, tipo de licitação a de “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 11.582/2023, Decreto Municipal nº 11.644/2023 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

**1.2 AS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTES EDITAL, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS.**

**1.3 A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) será de responsabilidade exclusiva dos licitantes interessados.**

**1.4 Referência de Tempo:** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília/DF**.

## 2 DO OBJETO

**2.1** Este edital refere-se à eventual prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC, de acordo com exigências deste edital e nas quantidades e especificações abaixo:

LOTE 1 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR					
Item	Qtd	Unidade	Produto/Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
1	400	Unidade	Aparelho de pressão digital / Aparelho de pressão analógico (Efigmomanômetro)	R\$ 65,74	R\$ 26.296,00
2	40	Unidade	Autoclave	R\$ 313,60	R\$ 12.544,00
3	80	Unidade	Balança Infantil	R\$ 232,91	R\$ 18.632,80
4	80	Unidade	Balança Adulto	R\$ 260,05	R\$ 20.804,00
5	60	Unidade	Cadeiras de Rodas	R\$ 298,89	R\$ 17.933,40
6	80	Unidade	Detector Fetal	R\$ 126,00	R\$ 10.080,00
7	30	Unidade	Eletrocautério/Bisturi	R\$ 201,90	R\$ 6.057,00
8	60	Unidade	FOCO CLÍNICO	R\$ 175,80	R\$ 10.548,00
9	30	Unidade	Laringoscópio completo	R\$ 108,00	R\$ 3.240,00
10	30	Unidade	Mini Incubadora	R\$ 175,00	R\$ 5.250,00
11	50	Unidade	Nebulizador	R\$ 95,73	R\$ 4.786,50
12	50	Unidade	Negatoscópio	R\$ 132,80	R\$ 6.640,00
13	80	Unidade	Otoscópio	R\$ 119,83	R\$ 9.586,40
14	150	Unidade	Oxímetro	R\$ 102,80	R\$ 15.420,00
15	50	Unidade	Seladora	R\$ 189,75	R\$ 9.487,50
16	100	Unidade	Termômetro Infravermelho	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00





Governo de  
**Rio do Sul**

17	100	Unidade	Suporte de soro	R\$ 115,00	R\$ 11.500,00
18	2	Unidade	Phmetro	R\$ 257,50	R\$ 515,00
19	2	Unidade	Clorímetro	R\$ 366,67	R\$ 733,34
20	6	Unidade	Bomba de infusão	R\$ 294,52	R\$ 1.767,12
21	24	Unidade	Bomba vácuo aspiradora cirurgia portátil	R\$ 226,67	R\$ 5.440,08
22	3	Unidade	Cama hospitalar motorizada (precisa de conserto no motor eventualmente)	R\$ 1.356,67	R\$ 4.070,01
23	3	Unidade	Foco cirúrgico de teto	R\$ 355,95	R\$ 1.067,85
24	6	Unidade	Termômetro com infravermelho (de testa)	R\$ 119,00	R\$ 714,00
25	730	Unidade	Chamado Técnico	R\$ 196,67	R\$ 143.569,10
26	1	Unidade	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Medico hospitalar	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
				Total do Lote 1:	R\$ 855.182,10
				Total do Lote 1:	R\$ 355.182,10

LOTE 2 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS					
Item	Qtd	Unidade	Produto/Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
27	72	Unidade	Autoclave	R\$ 313,60	R\$ 22.579,20
28	192	Unidade	Amalgamador	R\$ 139,00	R\$ 26.688,00
29	72	Unidade	Bomba a vácuo	R\$ 243,00	R\$ 17.496,00
30	720	Unidade	Cadeira /Equipo odontológico completo	R\$ 299,75	R\$ 215.820,00
31	1.680	Unidade	Caneta de alta rotação	R\$ 120,00	R\$ 201.600,00
32	576	Unidade	Compressor odontológico	R\$ 227,80	R\$ 131.212,80
33	840	Unidade	Contra-ângulo odontológico	R\$ 124,82	R\$ 104.848,80
34	840	Unidade	Micromotor odontológico	R\$ 145,00	R\$ 121.800,00
35	600	Unidade	Mini Incubadora	R\$ 175,00	R\$ 105.000,00
36	144	Unidade	Peça reta odontológico	R\$ 156,67	R\$ 22.560,48
37	24	Unidade	Equipo/consultório odontológico portátil	R\$ 186,67	R\$ 4.480,08
38	1.440	Unidade	Mocho odontológico	R\$ 160,00	R\$ 230.400,00
39	720	Unidade	Fotopolimerizador	R\$ 176,83	R\$ 127.317,60
40	480	Unidade	Aparelho de ultrassom com jato de bicarbonato	R\$ 259,33	R\$ 124.478,40
41	24	Unidade	Localizador apical	R\$ 210,00	R\$ 5.040,00
42	96	Unidade	Aparelho de raio x odontológico	R\$ 500,00	R\$ 48.000,00
43	24	Unidade	Destilador	R\$ 268,00	R\$ 6.432,00
44	24	Unidade	Aparelho de raio x panorâmico	R\$ 775,00	R\$ 18.600,00
45	24	Unidade	Processadora de raio x odontológico	R\$ 300,00	R\$ 7.200,00
46	504	Unidade	Seladora	R\$ 189,75	R\$ 95.634,00
47	720	Unidade	Instalação/Desinstalação de Cadeira Equipo/Odontológico	R\$ 991,67	R\$ 714.002,40
48	720	Unidade	Chamado Técnico	R\$ 196,67	R\$ 141.602,40
49	1	Unidade	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Odontologia	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00
				Total do Lote 2:	R\$ 3.192.792,16
				Total do Lote 2:	R\$ 2.492.792,16

**2.2 O valor estimado para o fornecimento de itens e peças (itens 26 e 49), é fixo, portanto, não somará ao valor do LOTE para disputa, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar. Tais valores somente balizarão os limites de gastos anuais da Administração com os respectivos itens.**

**2.3 Fica estabelecida a execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR LOTE;**

**2.4 Constituem anexos deste edital:**

**Anexo I – Termo de Referência**

**Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**





Governo de  
**Rio do Sul**

## Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços

### 3 DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

#### 3.1 DAS CONDIÇÕES:

**3.1.1** Esta licitação está aberta a **todas as pessoas jurídicas** que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

#### 3.2 DAS RESTRIÇÕES:

##### 3.2.1 ***NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO***

**3.2.1.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), ou ainda legislação específica ao objeto ora contratado;

**3.2.1.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.2.1.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.2.1.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.2.1.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.2.1.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.2.1.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

**3.2.1.8** Empresa sob falência, que se encontra sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação, ou em recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiros estabelecidos neste edital;

**3.2.1.9** Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Rio do Sul;

**3.2.1.10** Agente público do Município de Rio do Sul.

**3.2.2** O impedimento de que trata o subitem 3.2.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.2.3** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.2.4** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.2.5** O disposto nos subitens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.2.6** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.7** A vedação de que trata o item 3.2.1.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4 DO CREDENCIAMENTO**





Governo de  
**Rio do Sul**

**4.1** O credenciamento dos licitantes interessados ocorrerá pela atribuição de chaves de identificação e de senha pessoal e intransferível diretamente no portal do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade, através do sítio eletrônico <https://comprasbr.com.br/>;

**4.2** A responsabilidade pelo credenciamento junto ao portal do Sistema de Compras utilizado pelo Município, será exclusiva do licitante interessado.

## **5 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**5.1** Os licitantes interessados encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, proposta com o preço, bem como, quando for o caso, a marca e o modelo do produto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

**5.2** A etapa de que trata o subitem anterior será encerrada com a abertura da sessão pública;

**5.3** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.4** O número de casas decimais após a vírgula, serão definidos previamente no cadastramento da licitação no portal do Sistema Eletrônico de Compras;

**5.5** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.5.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.5.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.5.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.5.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.6** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.





Governo de  
**Rio do Sul**

**5.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

**5.7.1** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.7.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.8** A falsidade da declaração de que trata os subitem 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

**5.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.11.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.11.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.12** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

**5.13** O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Município de Rio do Sul, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**5.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5.16** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** Poderá ser desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

**6.4** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.6** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.7** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.8** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.9** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.10** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**6.11** O licitante poderá oferecer lances sucessivos superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital.

**6.12** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

**6.12.1** O intervalo mínimo de que trata o subitem anterior incidirá apenas em relação ao último lance ofertado pelo próprio licitante.

**6.13** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.14** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance válido e registrado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.15** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances registrados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.16** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.17** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.18** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, na plataforma eletrônica de sistema de compras adotada.

**6.20** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, sendo a primeira colocada empresa de maior porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.





Governo de  
**Rio do Sul**

**6.21.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.21.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.21.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.21.4** No caso de propostas empatadas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas, de forma automática pelo sistema de compras, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.22** **Quando o valor total do item/lote indicado no subitem 2.1 for superior ao valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), NÃO se aplicarão os benefícios inscritos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme § 1º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

**6.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**6.23.1** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.23.1.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.23.1.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.23.1.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, observado o disposto no art. 66 do Decreto Municipal n. 11.582/2023;

**6.23.1.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**6.23.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.23.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.23.2.2** empresas brasileiras;

**6.23.2.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.23.2.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.23.3** Esgotados os critérios elencados nos itens 6.22.1 e 6.22.2, ou não sendo possíveis de verificação, ou ainda, não sendo possível a sua aplicação pelo sistema de compras utilizado, permanecendo o empate, será realizado sorteio de forma automática pelo sistema de compras.

**6.24** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas, podendo oferecer contraproposta.

**6.24.1** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**6.24.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.24.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado em ata.

**6.25** Encerrada a etapa de negociação, caso necessário, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

**6.25.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

**6.25.1.1** a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.25.1.2** de ofício, pelo Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos complementares a proposta, exigidos no edital.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

**6.26** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem **3.2** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

**7.2** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

**7.3** Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e aos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

**7.4** Poderá ser desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.4.1** conter vícios insanáveis;
  - 7.4.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.4.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.4.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.4.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.5** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.5.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**7.5.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.5.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.6** No caso de serviços de engenharia, é indício de inexecuibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.6.1** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.6.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.6.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.6.2** Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.7** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.8** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.8.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.9** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.





Governo de  
**Rio do Sul**

**7.9.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.9.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.10** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

**7.11** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.12** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à habilitação fiscal, social e trabalhista; e
- IV - à habilitação econômico-financeira;

### **8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Deverá apresentar o ato constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, no qual estejam expressos os poderes dos representantes legais da empresa ou;

a.1) Deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) - quando tratar-se de MEI (Micro Empreendedor Individual).

a.2) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

a) Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando o licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

a.1) No atestado deverá constar também o endereço completo, inclusive eletrônico, se houver, do órgão/pessoa emitente, para eventuais esclarecimentos;

a.2) Caso a empresa licitante apresente atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, solicita-se que, **preferencialmente**, sejam apresentadas notas fiscais, contratos e o que mais entender pertinente, a fim de propiciar análise mais acurada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (licitante) no Conselho de Classe competente DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, com indicação do responsável técnico;

b.1) No caso de a empresa licitante não ser registrada em Conselho de Classe de Santa Catarina, deverá ser providenciado o visto deste órgão regional por ocasião da assinatura do Contrato;

c) Certidão de Registro de Pessoa Física do responsável técnico no Conselho de Classe Competente, comprovando o registro ou inscrição do profissional na entidade profissional competente.

### **8.1.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b) Apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda;

c) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Apresentar Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).





Governo de  
**Rio do Sul**

#### **8.1.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

a.2) Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá ser apresentado, junto com a Certidão Positiva, o plano de recuperação judicial, devidamente aprovado e homologado pelo juízo competente, em plena vigência (ou outro documento/certidão, emitido pela instância judicial competente, certificando assim a aptidão econômica e financeira para participar do certame.

**8.2** Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

**8.3** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

**8.4** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS) HORAS, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no subitem 6.24.1.

**8.5** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.6** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.7** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.7.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, o seu reinício somente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

**8.8** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**:

- a) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**8.9** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.4.

**8.10** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.11 DOCUMENTOS MATRIZ/FILIAL**

**8.11.1** Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com o nº do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

- a) Se, o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o nº do CNPJ da matriz, ou;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta da Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto a Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório para a centralização, ou;
- c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o nº do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidas somente em nome da matriz.

**8.12 CONSÓRCIO**

**8.12.1** As empresas consorciadas deverão apresentar:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**8.12.1.1** Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito por todas elas, no qual deverá constar:

- a) indicação da empresa líder, que será responsável principal perante o MUNICÍPIO, que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto, até o término do contrato com a contratante. Em se tratando de consórcio com empresa estrangeira a liderança deverá caber à empresa brasileira;
- b) compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob consórcio, em relação à licitação, e posteriormente, ao eventual contrato, até seu recebimento definitivo;
- c) compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da contratante, até o recebimento definitivo do objeto do contrato;
- d) compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros.
- e) compromisso e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto desta licitação.
- f) duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo do contrato, se este vier a ser firmado.
- g) declaração expressa dos consorciados de que, por ocasião da eventual assinatura do contrato, providenciarão o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, a respectiva publicação da certidão de arquivamento e atenderão ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, bem como o registro no CNPJ;

## **8.12.2 DA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS**

**8.12.2.1** Cada membro do consórcio deverá satisfazer individualmente as condições de habilitação jurídica, habilitação fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira (itens 8.1.1, 8.1.3 e 8.1.4).

**8.12.2.2** Na Qualificação Técnica (item 8.1.2) será permitido o somatório de atestados das empresas consorciadas.

## **9 DOS RECURSOS**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

**9.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido em sessão, de forma imediata após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**9.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**9.3** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.4** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.5** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.6** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.7** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.8** O recurso, que será único, poderá tratar de todos os atos já praticados, inclusive aprovação ou reprovação de amostras ou prova de conceito.

## **10 DA HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

**10.2** A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

## **11 DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

**11.1** Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar digitalmente o termo de contrato ou a ata de registro de preços, no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da data em que for convocado para tal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo





Governo de  
**Rio do Sul**

das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

**11.2** A convocação será feita através de correspondência eletrônica (e-mail) ou, ainda, comunicação postal (AR), nos casos em que o licitante vencedor não possuir assinatura digital certificada;

**11.3** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**11.4** Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**11.5** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 11.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**11.6** As convocações de que tratam os subitens 11.4 e 11.5 serão realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail).

**11.7** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

**11.8** A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.4.

**11.9** No caso de rescisão do contrato ou da ata de registro de preços, a convocação dos próximos licitantes seguirá as regras dos subitens 11.4 e 11.5.

## **12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

**12.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**12.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

**12.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

**12.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, quando solicitada;

**12.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4** deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5** apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**12.1.5** fraudar a licitação;

**12.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**12.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**12.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1** advertência;

**12.2.2** multa;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**12.2.3** impedimento de licitar e contratar e

**12.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

**12.4.1** Para as infrações previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**12.4.2** Para as infrações previstas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**12.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rio do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de





Governo de  
**Rio do Sul**

impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

**12.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13** O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

**13.2** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Em campo próprio do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade;





Governo de  
**Rio do Sul**

b) Através dos endereços eletrônicos, [ina.zanella@riodosul.sc.gov.br](mailto:ina.zanella@riodosul.sc.gov.br) ou [odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br](mailto:odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br).

**13.3** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do estudo técnico preliminar e/ou do termo de referência.

**13.4** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site oficial do Município de Rio do Sul/SC e divulgadas também na plataforma eletrônica de sistema de compras.

**13.5** As impugnações e pedidos de esclarecimento não possuem efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

**13.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** A ata da sessão pública será divulgada e ficará disponível no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.4** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.5** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**14.6** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.7** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.8** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net>.

**14.9** Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

~~Rio do Sul, 08 de julho de 2025.~~

Rio do Sul, 17 de julho de 2025.

**MANOEL ARISOLI PEREIRA**  
Prefeito Municipal

**CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**  
Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**TERMO DE REFERÊNCIA BÁSICO**

**1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, a fim de atender as necessidades da secretaria de saúde.

1.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 18, § 2º do Decreto Municipal nº 11.582, de 20/02/2023.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Fica estabelecida a **execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**.

1.4 O objeto a ser adquirido tem suas especificações, quantidades e valores conforme estimado:

LOTE 01 – MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR					
ITEM	QTD	UN	DESCRIPTIVO	VALOR MÁX UNITÁRIO	VALOR MÁX TOTAL
1	400	UND	Aparelho de Pressão Digital / Aparelho de Pressão Analógico (Esfigmomanômetro)	R\$65,74	R\$26.296,00
2	40	UND	Autoclave	R\$313,60	R\$12.544,00
3	80	UND	Balança Infantil	R\$232,91	R\$18.632,80
4	80	UND	Balança Adulto	R\$260,05	R\$20.804,00
5	60	UND	Cadeiras de Rodas	R\$298,89	R\$17.933,40
6	80	UND	Detector Fetal	R\$126,00	R\$10.080,00
7	30	UND	Eletrocautério/Bisturi	R\$201,90	R\$6.057,00
8	60	UND	Foco Clínico	R\$175,80	R\$10.548,00
9	30	UND	Laringoscópio completo	R\$108,00	R\$3.240,00
10	30	UND	Mini Incubadora	R\$175,00	R\$5.250,00
11	50	UND	Nebulizador	R\$95,73	R\$4.786,50
12	50	UND	Negatoscópio	R\$132,80	R\$6.640,00





Governo de  
**Rio do Sul**

13	80	UND	Otoscópio	R\$119,83	R\$9.586,40
14	150	UND	Oxímetro	R\$102,80	R\$15.420,00
15	50	UND	Seladora	R\$189,75	R\$9.487,50
16	100	UND	Termômetro Infravermelho	R\$85,00	R\$8.500,00
17	100	UND	Suporte de soro	R\$115,00	R\$11.500,00
18	2	UND	Phmetro	R\$257,50	R\$515,00
19	2	UND	Clorímetro	R\$366,67	R\$733,34
20	6	UND	Bomba de infusão	R\$294,52	R\$1.767,12
21	24	UND	Bomba vácuo aspiradora cirurgia portátil	R\$226,67	R\$ 5.440,08
22	3	UND	Cama hospitalar motorizada (precisa de conserto no motor eventualmente)	R\$1.356,67	R\$4.070,01
23	3	UND	Foco cirúrgico de teto	R\$355,95	R\$1.067,85
24	6	UND	Termômetro com infravermelho (de testa)	R\$119,00	R\$714,00
25	730	UND	Chamado Técnico	R\$196,67	R\$143.569,10
26	1	UND	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Medico hospitalar	R\$500.000,00	R\$500.000,00

**LOTE 02 – MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS**

ITEM	QTD	UN	DESCRIPTIVO	VALOR MÁX UNITÁRIO	VALOR MÁX TOTAL
27	72	UND	Autoclave	R\$313,60	R\$22.579,20
28	192	UND	Amalgamador	R\$139,00	R\$26.688,00
29	72	UND	Bomba a vácuo	R\$243,00	R\$17.496,00
30	720	UND	Cadeira /Equipo odontológico completo	R\$299,75	R\$215.820,00
31	1680	UND	Caneta de alta rotação	R\$120,00	R\$201.600,00
32	576	UND	Compressor odontológico	R\$227,80	R\$131.212,80
33	840	UND	Contra-ângulo odontológico	R\$124,82	R\$104.848,80
34	840	UND	Micromotor odontológico	R\$145,00	R\$121.800,00
35	600	UND	Mini Incubadora	R\$175,00	R\$105.000,00
36	144	UND	Peça reta odontológico	R\$156,67	R\$22.560,48
37	24	UND	Equipo/consultório odontológico portátil	R\$186,67	R\$4.480,08
38	1440	UND	Mocho odontológico	R\$160,00	R\$230.400,00
39	720	UND	Fotopolimerizador	R\$176,83	R\$127.317,60
40	480	UND	Aparelho de ultrassom com jato de bicarbonato	R\$259,33	R\$124.478,40
41	24	UND	Localizador apical	R\$210,00	R\$5.040,00





Governo de  
**Rio do Sul**

42	96	UND	Aparelho de raio x odontológico	R\$500,00	R\$48.000,00
43	24	UND	Destilador	R\$268,00	R\$6.432,00
44	24	UND	Aparelho de raio x panorâmico	R\$775,00	R\$18.600,00
45	24	UND	Processadora de raio x odontológico	R\$300,00	R\$7.200,00
46	504	UND	Seladora	R\$189,75	R\$95.634,00
47	720	UND	Instalação/Desinstalação de Cadeira Equipo/Odontológico	R\$991,67	R\$714.002,40
48	720	UND	Chamado Técnico	R\$196,67	R\$141.602,40
49	1	UND	Valor estimado para o fornecimento de itens e peças: Odontologia	R\$700.000,00	R\$700.000,00

1.5 O custo estimado total é de R\$ 4.047.974,26 (quatro milhões e quarenta e sete mil e novecentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.6 As memórias de cálculo, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos encontram-se em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

1.7 O prazo de vigência do Registro de Preço é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ata de registro de preço, PODENDO ser prorrogada nos moldes do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1 A fundamentação da contratação e a descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/PAGAMENTO

3.1 A municipalidade, ao constatar defeito nos equipamentos, emitirá um **chamado técnico formal** (por telefone, WhatsApp ou e-mail) para que o licitante vencedor, apresente as soluções possíveis, incluindo a relação de peças ou adequações físicas na infraestrutura a serem utilizadas. A formalização da contratação do serviço de manutenção ou fornecimento de peças será feita através de **ordem de compra**. É importante ressaltar que “**Chamado Técnico**” ou “**Chamada Técnica**” se refere à solicitação formal de atendimento técnico feita pela contratante à contratada sempre que um equipamento apresentar falha, defeito ou necessidade de manutenção preventiva e corretiva.

3.1.1 Caso seja necessário adequações na infraestrutura física do local de instalação dos equipamentos, sejam elas de natureza elétrica, civil ou hidráulica, necessárias para o correto





Governo de  
**Rio do Sul**

funcionamento dos equipamentos, serão de responsabilidade exclusiva da municipalidade, não cabendo à contratada qualquer ônus ou responsabilidade por estas intervenções.

3.1.2 O chamado técnico será utilizado para que a empresa contratada verifique o(s) equipamento(s) defeituoso(s) e elabore orçamento para o devido conserto;

3.1.3 O chamado técnico compreenderá o deslocamento de equipe técnica da contratada até o local onde está instalado o equipamento defeituoso, e será suficiente para que se verifique mais de um equipamento na mesma visita;

3.1.4 O chamado técnico será válido para uma única visita, ou seja, se o mesmo local, convocar o licitante vencedor em datas diferentes, deverá providenciar novo chamado técnico;

3.1.5 No caso de prestação de garantia de serviço realizado, a contratada NÃO poderá cobrar chamado técnico;

### **3.2 Peças**

3.2.1 As peças ofertadas devem ser originais/genuínas ou, em caso de impossibilidade devidamente justificada do fornecimento destas, poderão ser paralelas, desde que novas e previamente aprovadas pela Administração.

3.3 O prazo para atendimento do subitem 3.1 (chamado técnico) é de 48 horas úteis;

3.4 Após aprovação dos orçamentos, os serviços deverão ser executados mediante apresentação da Ordem de Compra emitida pelo setor responsável, prazo para a resolução do problema é de 05(cinco) dias úteis a partir do recebimento do documento de compra;

3.4.1 Caso haja necessidade de prazo de entrega superior, por falta de peças específicas, por exemplo, a empresa deverá justificar por escrito à Direção do Departamento Solicitante.

3.5 LOCAIS DE ENTREGA: **conforme orientação constante da Ordem de Compra, dentro dos limites do Município;**

3.6 Os produtos e serviços ofertados deverão ter classificação térmica, Qualificação técnica exigida pela Visa e além de serem compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e/ou CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e/ou Qualidade Industrial), quando aplicável;

**3.7 OS LICITANTES DEVERÃO SE ATENTAR NA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, BEM COMO NA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS QUE, OS SERVIÇOS PODERÃO SER EM LOCAIS DISTINTOS – DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO;**





Governo de  
**Rio do Sul**

### 3.8 - Escopo do Serviços:

A empresa contratada deverá executar serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos médico-hospitalares e odontológicos instalados nas seguintes áreas:

- **Setor Odontológico:**
  - **Manutenção Preventiva:** Periodicidade semestral (a cada 6 meses) por equipamento.
  - **Manutenção Corretiva:** Demanda específica, mediante solicitação. Instalação/Desinstalação de Cadeira/Equipo Odontológico: demanda específica, mediante solicitação.
- **Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Vigilância Sanitária:**
  - **Manutenção Preventiva:** Periodicidade anual (a cada 12 meses) por equipamento.
  - **Manutenção Corretiva:** Demanda específica, mediante solicitação.
- **Setor de Enfermagem:**
  - **Manutenção Preventiva:** Periodicidade semestral (a cada 6 meses) por equipamento.
  - **Manutenção Corretiva:** Demanda específica, mediante solicitação.

#### 3.8.1 - Manutenção Preventiva:

A manutenção preventiva deverá incluir, mas não se limitar a:

- Inspeção visual e funcional dos equipamentos.
- Limpeza, lubrificação e ajustes conforme as recomendações do fabricante.
- Verificação e calibração de parâmetros e indicadores, ~~(quando aplicável)~~ **fazendo uso de sensores de temperatura e pressão, quando da manutenção de Autoclave. Os sensores devem permanecer com o prestador da manutenção.**
- Substituição de peças e componentes com vida útil predefinida ou sinais de desgaste, mediante aprovação prévia do responsável por cada setor.
- ~~Elaboração de relatórios técnicos detalhados sobre as intervenções realizadas, incluindo o estado do equipamento, peças substituídas e recomendações.~~ **Relatório de calibração do equipamento de referência no padrão rastreado pelo INMETRO, dentro da validade anual, usado como referência para calibrar os sensores de temperatura e pressão.**
- Etiquetagem dos equipamentos inspecionados com a data da manutenção e a próxima data prevista.





Governo de  
**Rio do Sul**

### 3.8.2 - Manutenção Corretiva:

A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que um equipamento apresentar falha ou mau funcionamento, visando restabelecer suas condições normais de operação. Inclui:

- Diagnóstico do problema.
- Reparo ou substituição de peças e componentes danificados, mediante aprovação prévia do responsável por cada setor (exceto em situações de emergência que comprometam a segurança do paciente, as quais deverão ser comunicadas e justificadas posteriormente).
- Testes de funcionamento após o reparo.
- Elaboração de relatórios técnicos detalhados sobre a intervenção, incluindo a causa da falha, as peças substituídas e as ações corretivas realizadas.
- A empresa contratada deverá disponibilizar equipamento substituto com as mesmas funcionalidades, sempre que possível, para não interromper o atendimento.

3.9 PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.

## 4. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento da entrega ou pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser realizados no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo detalhado;

4.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

4.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato em cumprir todas as disposições constantes do Edital e anexos;

## **5. DA GARANTIA**

5.1 Os serviços prestados terão a garantia mínima de 1(um) ano a contar do recebimento provisório.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **7. MODELO DE GESTÃO**

7.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4 Após a assinatura da ata de registro de preços, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5 A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos.

7.6 O fiscal técnico da ata acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.







Governo de  
**Rio do Sul**

7.7 O fiscal técnico da ata anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ata emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

7.9 O fiscal técnico da ata informará ao gestor da ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11 O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

7.12 O fiscal administrativo da ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14 O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15 O gestor da ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.16 O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.17 O gestor da ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18 O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19 O gestor da ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

~~Rio do Sul, 22 de abril de 2025.~~

Rio do Sul, 16 de julho de 2025.

**CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**  
Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





Governo de  
**Rio do Sul**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS**

**Apêndice - ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2025 13:22 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p7e26069038d4e>.





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025/FMS**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2025/FMS**

**Pregão Eletrônico nº 013/2025/FMS**

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e vinte e cinco, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti, nº 154, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrito no CNPJ nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 013/2025/FMS, RESOLVE registrar os preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no referido certame. Presentes às seguintes empresas:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC, de acordo com as quantidades estimadas e especificações seguintes:

Fornecedor:					
Item	Qtd	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

2.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, que será o órgão gerenciador da presente Ata.

3.1.1. Além do gerenciador, são órgãos/entidades participantes do registro de preços:

